

TUDO DEPENDE DA FLEXIBILIDADE DA CAUDA DO CORONÉ: O PODER LOCAL NA VIDA POLÍTICA BRASILEIRA EM DOIS TEMPOS ONTEM E HOJE.

A justiça é o pão do povo
Bertolt Brecht.

Nas sociedades modernas a representação é proporcional ao imposto pago. Enraizado em sua origem no mundo burguês e do estado nacional. Ser proprietário de bens, e ausentes do suor do trabalho diário constituíram as premissas para que um homem ascendesse à condição de cidadão e nela fosse reconhecido por seus iguais regulando as representações diferenciadas dos direitos civis e dos direitos políticos, estabelecendo uma nítida divisão entre vida privada e vida pública.

A riqueza privada representava a condição básica para que, um homem fosse admitido na vida pública porque garantia com razoável certeza que ele não teria que prover para si mesmo os meios do uso e do consumo, e estaria livre para exercer a atividade política. Nessa representação da sociedade a noção de cidadania só se aplica em sua acepção plena aos homens livres-proprietários, eles ultrapassam o campo dos direitos civis e por suas propriedades, é expressão de moralidade e racionalidade, apresentam-se como pessoas aptas para a atividade política.

É nesse caudal que navegaram e ainda navegam as elites brasileiras, que após a independência em 1822 Dessa forma nos meados do século XIX a oligarquia consolidara seu poder e a base local e eleitoral era constituída pelos coronéis. Do final do período monárquico aos primeiros anos da República a estrutura econômica se mantinha inalterada, e o controle das instituições e do próprio processo político continuou pertencendo àqueles grupos dos quais as grandes massas rurais e urbanas dependiam economicamente.

Por sua vez, a população adulta, masculina e alfabetizada, tinha no voto um bem de troca, graças ao qual poderia obter a proteção e os favores do coronel. O coronelismo pode ser também definido, portanto como um sistema de troca eleitoral, proteção e favores, sobretudo econômicos. Importante ressaltar que tal prática continua em pleno vigor em nossos campanhas eleitorais.

Esse processo continuísta ocorria e ocorre em todos os níveis e esferas do poder. Os mesmos líderes se perpetuavam as presidências da república e dos Estados eram ocupados por pessoas da mesma família ou mesmo partido, e via de regra por indicação de seu antecessor. Observamos que tais procedimentos são absolutamente presentes em nossos dias.

A ética capitalista, com seu culto da liberdade individual, sua valorização da poupança e do trabalho. As relações humanas se definiram em termos de trocas de favores e a mobilização social dependia da patronagem da elite. No sistema de clientela e patronagem, as lutas políticas se definiram em termos de lutas de família e suas clientelas. A ética de favores prevalecia sobre a ética competitiva e o bem público confundia-se com os bens pessoais.

Os direitos do homem e do cidadão que encontraram sua expressão formal pós a revolução francesa de 1789 a supremacia das leis, a igualdade de todos perante as leis, o direito de representação, a inviolabilidade do lar, a liberdade de expressão, o direito à propriedade, a separação dos poderes, a

soberania do povo, têm sido referência obrigatória de todas as constituições brasileiras, mas a sua reiterada afirmação não foi garantia de sua efetividade.

Desde o século XIX, o tema principal da política de oposição no Brasil tem sido denunciar o contraste entre a teoria e a prática, e a tarefa principal das oposições tem sido a democratização desses direitos.

Para milhões de brasileiros muitos desses direitos não passaram de ficção jurídica. Que sentido tem o direito à propriedade para quem não é proprietário e nem será? Ou o direito de representação para quem é privado do direito de voto por livre escolha? Que sentido tem a inviolabilidade do lar para aqueles que têm suas casas invadidas pela polícia e membros de suas famílias presos sem ordem judicial ou processo? Que sentido tem a separação dos poderes para os que viram o Executivo intervir no Legislativo, suspendendo, cassando conferindo ou negando o direito de representação a seu bel prazer, reformulando as regras de cada passo?

Como é possível que o povo respeite a lei se os que têm como tarefa defendê-la são os primeiros a desrespeitá-las? Se os crimes dos poderosos não são punidos enquanto os pequenos pagam. Que significado tem a lei, quando ela é feita e refeita de acordo com os interesses de quem está no poder? Que significado tem uma constituição que a cada passo é rescrita para de novo ser negada, uma constituição que é violada em nome da defesa constitucional?

Os mesmos líderes que se destacavam como figuras proeminentes da ditadura militar governam ou permeiam o espaço político sem nenhum pudor praticando cenas de fisiologismo explícito, como comprovava o “toma lá dá cá” na busca de apoio do congresso nacional sustentam-se numa composição erguida sobre o que há de mais retrógrado na política brasileira.

Uma vez vencido o ritual da eleição o patrão estava e está credenciado a avançar pelas estruturas do Estado, era e é o momento de barganhar em troca do apoio ao governo. Isso ocorre dentro do congresso onde se reproduz em escala nacional o sistema de clientelismo e patronagem. Eleito pela maioria nessa democracia pouco participativa e muito delegativa, o governo tem até o direito de trair a expectativa de boa parcela de seus eleitores.

Algo mais grave, entretanto paira nos céus de Brasília corre o risco a frágil democracia brasileira. Essa mesma elite autoritária, beneficiada há tantos anos, encontrou a sua perpetuação no poder através do direito à reeleição. O parlamento permanece o habitat preferencial de um sistema político que gira em torno da troca de favores, privilégios, verbas e empregos. Retirando o povo da via democrática de fato.

Fica clara a modificação e não o declínio do coronelismo, no exercício da vida política brasileira. Ainda que pesem essas diferenças regionais e nacionais a meu ver os partidos políticos não apresentam diferentes feições, as semelhanças são mais significativas do que suas diferenças, e revela-se nas práticas partidárias e nos procedimentos clientelistas a luta rumo à equiparação das forças eleitorais.

Entendo que o neoconservadorismo ainda atuante traduz uma espécie de nódoa, um legado do engendramento político que articulam os projetos políticos em uma entrelaçada teia que mantém o povo sob o domínio de poucos, onde os antigos caciques renovam-se criando novos caciques.

Autora – Prof.^a Joana Prado Medeiros – Graduação em História, Especialização em Historia do Brasil e Mestre em Historia. Colunista no Jornal Dourados News